**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO**

**DO PARQUE ESTADUAL ITAPUÃ**

**ATA 01/2021**

Aos dezoito dias do mês de Maio de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e trinta minutos, via ferramenta Google Meet, foi realizada a 1ª Reunião Ordinária Virtual do Conselho Consultivo desta Unidade de Conservação, estando presentes conselheiros das instituições participantes e demais interessados conforme lista de presença em anexo. A reunião teve as seguintes pautas: aprovação das Atas ordinária 01/2020 e extraordinária 01/2020; breve relato do funcionamento do Parque; apresentação dos dados do PEI 2020; apresentação do Projeto Monitoramento dos Impactos da Visitação no PEI (IFRS/PEI); atualização do processo de concessão e convênio Prefeitura de Viamão – Luciano Kops (Chefe da DUC); apresentação pelos condutores de uma proposta inicial de reabertura das trilhas; início do diálogo sobre renovação do Conselho – Luisa Lokschin (DUC) e o que ocorrer. Dayse Rocha inicia a reunião pedindo para que todos se apresentem, começa passando as principais falas transcritas nas Atas para revisão e aprovação pelos conselheiros. Os mesmos a aprovam e Luciano Kops agradece pelas palavras escritas. Dayse passa a palavra para Diego (Diretor do Departamento de Biodiversidade) que se apresenta e começa passando os principais informes no que os competem, que desejam unir os projetos de interesse do Parque com os recursos que se possa destinar por distintas fontes. Relata sobre as dificuldades que enfrentaram no último ano na aplicação dos recursos de medidas compensatórias porque a gestão da Secretaria enquanto era representada pelo Secretário Arthur Lemos estabeleceu uma estratégia diferenciada de aplicação dessas medidas pensando numa perspectiva de união das necessidades entre as distintas Unidades de Conservação em que se pudesse fazer grandes editais, isso faria com que se conseguisse melhores preços em contratação principalmente de materiais permanentes como aquisição de veículos ou bens que são comuns nas Unidades de Conservação. Portanto utilizar um sistema que é feito no Compras Públicas com todo procedimento da Selic o que daria uma maior transparência, sendo a preocupação do Secretário que quando se faz o procedimento se direciona um orçamento para determinados empreendedores então era um procedimento que foi visto com muita preocupação e cautela, foi tentado durante um ano a modificação desse procedimento encontrando assim inúmeras dificuldades. Em virtude disso na virada da gestão para o Secretário Viana se decidiu que retornasse ao procedimento estabelecido na Instrução Normativa, um procedimento mais fácil que tanto Parque quanto empreendedor e a equipe técnica podem executar os orçamentos e compor um quantitativo de orçamentos mínimo que vai dar transparência ao processo, segue esse procedimento de direcionamento de orçamentos, ou seja, se tem um bem, uma necessidade e se conhece os possíveis fornecedores e se vai atrás deles sem criação de editais no Diário Oficial do Estado, sem gerar a transparência de compra pública mas sim um procedimento mais eficiente. Então, o retorno da estratégia inicial já que já é uma regulamentação que a Secretaria disponhe, uma série de vantagens sendo o Rio Grande do Sul nunca apontado em relação a esse procedimento e inclusive foi muito elogiado e apresentado a outros Estado que passaram a adotar essa estratégia de implementação do recurso de medidas compensatórias. Relata que foi retomado o contato com o Parque Estadual de Itapuã para envio da requisição do veículo que estava pendente, já destinado uma compensatória específica para isso. Não foi enviado todos os veículos que estavam pendentes ao Secretário para fazer o primeiro exercício com o Parque Itapuã e explicar o procedimento para o mesmo porque acima de cinquenta mil reais é o chefe da Duc, diretor do departamento e o secretário que assinam as requisições e assim poder usar o Parque como modelo. Relata que em 30 dias já estarão com o processo todo encaminhado, que os Guarda-Parques ajudaram no levantamento dos orçamentos para que fosse agilizado rapidamente. Comenta sobre outra questão importante que é a remoção dos Pinus, a questão também das Braquiárias que haviam algumas soluções de implantação de remanescentes florestais com plantio para tentar sombrear e se estabelecer uma estratégia de transição para sucessões florestais em alguns ambientes que tem Braquiária mas especialmente o Pinus, já se tem um projeto que foi implementado no Parque da Quarta Colônia aonde o mesmo da sugestão de se tornar uma pauta do Conselho para mostrar os resultados, um projeto aonde se tem fotografias aéreas ao longo do tempo com o processo de erradicação das espécies exóticas invasoras e a revegetação, relata que lá também se tem um plantio de espécies nativas de ocorrência da região para se ter uma introdução além das pioneiras no processo de sucessão natural que se faz um enriquecimento das espécies de ocorrência regional e tem um reflorestamento efetivo em uma linha de tempo mais avançada. Comenta que ficou combinado com Dayse articular o trabalho em conjunto com a Gestora da Quarta Colônia para que se possa buscar o empreendedor que deve recursos de reposição florestal obrigatória para custear os seus débitos ambientais em conversão de recursos de RFO para projetos ambientais, provavelmente será custeado com recursos além das medidas compensatórias. Finalizando, relata que requisitou aos colegas da Duc um levantamento das necessidades de melhoria na infraestrutura dos Parques que inclui basicamente os prédios que precisam de reformas ou construções novas, que foi recebido um relatório extenso das melhorias, mas que no primeiro momento é necessário destinar recursos para as infraestruturas que são relacionadas a visitação pública. A concessão sendo bem sucedida terá porte de recursos para melhoria na infraestrutura, mas não sendo viabilizada até o próximo verão ou no caso de insucesso não se ficará com as infraestruturas aquém de uma boa visitação pública. Avisa aos colegas que já que se tem essa liberdade na aplicação das compensatórias pelo menos àquelas horas prioritárias de uso público no Parque, depois o Estado irá contratar fiscalização conjunta de todas as obras que serão colocadas no primeiro projeto para que se possa estar subsidiado por uma fiscalização correta, ou seja, se desenvolve em parcial os termos de referência para que se haja um projeto de reestruturação e reformas e uma fiscalização contratada que vai atestar que esses termos foram realizados corretamente, como o Parque tem uma demanda muito grande foi pensado em dividir por etapas priorizando as de Uso Público, encerra e fica a disposição para dúvidas. Dayse agradece sua fala e a participação do Diretor e o Chefe da Duc na reunião do Conselho. Dayse relata sobre uma nova licitação que está sendo encaminhada para contratação de um jardineiro e um auxiliar de manutenção o qual irá ser de ótima ajuda para resolução desses problemas que normalmente são feitos de forma voluntária. Dando continuidade, Dayse começa fazendo uma apresentação sobre os dados do PEI em 2020, mostra uma linha do tempo constando os principais acontecimentos, o total de 11.440 visitantes em 2020 sendo visitação pública, educação ambiental, eventos e pesquisadores e o total arrecadado de R$152.079,58, apresenta dados de visitação às praias dos últimos anos incluindo 2020 (projeto piloto). Público anual das trilhas, reforçando a importância do preenchimento do formulário para ter os dados sobre as trilhas realizadas. Sobre os dados de 2018 que foi um ano com numero de trilhas um pouco abaixo, acredita-se devido à chuvas e tempo ruim o que gerou muitos cancelamentos de trilhas. Público de educação ambiental, que em 2020 também ficou suspensa após início da pandemia, ocorrendo somente um grupo de 20 soldados da Brigada Militar que realizaram um curso do Batalhão Ambiental, onde foi usado o auditório com distanciamento e cuidados em relação ao contágio. Apresenta imagens de alguns eventos presenciais do início do ano de 2020. As saídas de campo de pesquisadores que mantinham uma média de 70 saídas por ano na UC, em 2020 contou com apenas 24. As atividades de fiscalização, que já estão especificadas no relatório distribuído aos conselheiros, quilômetros percorridos, patrulhas por água, noturna, a pé e por drone, além dos autos de constatação que foram menos que no ano anterior, um dado alarmante foi o número de animais atropelados na rodovia ERS-118 apenas no trecho entre o PEI e fronteira com o bairro Lami foram registrados 156 animais atropelados, a ideia é enviar os dados ao DAER para providenciar placas e sinalizações e mais travessias junto ao PMU. No último slide com a agenda de 2020 das lives e eventos virtuais entre eles a participação da comissão do atlas socioambiental de Viamão, participação no livro do IF POA, reunião com CEPI, EMATER e UFRGS sobre extrativismo de plantas ornamentais. Encerrada a apresentação, Dayse relatou sobre a reabertura do PEI durante a bandeira vermelha no dia 31/04, com capacidade reduzida para 25% do público (87 pessoas), tomando todos os cuidados possíveis, principalmente com a equipe, muitas pessoas querendo visitar o PEI, mas não se lembram da cadeia de pessoas que estão envolvidas no serviço prestado no PEI. Maiara (SMAM Viamão) perguntou no chat se os dados de atropelamento estão registrados na plataforma Urubu e quanto tempo de amostragem tem, Dayse responde que foi ao longo de 1 ano e que não está registrado no Urubu pois há muitos lugares no trecho que não se consegue sinal de internet e que não sabe se há como registrar os dados posteriormente. Laiz Guthon se apresenta como funcionária da SMAM de Viamão também. Maximiliano também saúda a todos. Célson prepara para fazer a apresentação do seu projeto, Dayse introduz a todos que o projeto está cadastrado como pesquisa pela demora burocrática em formar um convênio, estando o convênio com o IF ainda parado dentro da SEMA o que impede de ter estágios curriculares junto à UC, devido à essa pendência Dayse sugeriu ao Célson cadastrar o projeto como pesquisa. Célson inicia a apresentação do projeto que é em parceria com o PEI e financiado pela FAPERGS, de nome “Subsídios para implementação de um programa de monitoramento e controle dos impactos do uso público no Parque Estadual de Itapuã no cenário pós covid-19”, conta com mais 7 pesquisadores, entre biólogos, turismólogos e gestores ambientais. Célson fala sobre o crescimento do uso público num geral no país todo nos últimos anos, nas esferas federal, estadual e municipal, o que é uma coisa boa, pois está atingindo os objetivos dentro do SNUC, mas também traz uma grande potência de geração de impactos. Os impactos são entendidos como as consequências das visitações que afetam os sistemas naturais e a qualidade de vida humana, que irão depender da frequência e volume da visitação e natureza das atividades. Apenas 17% das UCs no país fazem monitoramento do uso público, o PEI se enquadra nesse contexto de ausência de avaliação de impactos, apesar de fazer uso de limites de capacidade de carga. Esse tipo de estudo para avaliar o impacto do uso público se dá ainda mais pertinente no contexto de concessões. Para alcançar o objetivo principal de conseguir subsídios para um programa de monitoramento, é necessário passar: pela revisão dos objetivos do uso público e dos parâmetros dos instrumentos de gestão atualmente empregados, avaliar o emprego de indicadores físicos, sociais e biológicos para o monitoramento e controle dos impactos, propor metodologias para a coleta dos dados, definir parâmetros para os indicadores de monitoramento e estratégias para o controle dos impactos, propor uma matriz de monitoramento e controle dos impactos. Para alcançar esses objetivos, o projeto possui uma metodologia de 7 etapas, a primeira sendo a definição de equipamentos e objetivos de uso público a serem monitorados, definição por parte do conselho gestor do PEI. Tendo definidos os objetivos e equipamentos, a próxima etapa é a reunião de informações cartográficas e georreferenciamento dos equipamentos de uso público, arquivos com shapes das trilhas, atrativos e equipamentos, a seguir uma revisão dos cálculos de capacidade de carga e protocolos de segurança sanitária com os visitantes, e a partir disso realizar estudos com indicadores biológicos, físicos e sociais a respeito da adequabilidade para serem adotados, com base nas informações já obtidas no parque, quanto a indicadores biológicos os anfíbios para monitorar praias e trilhas, e os répteis, especificamente a lagartixa das dunas, para monitorar ambientes da Praia de Fora. Os indicadores físicos correspondem a um monitoramento de trilhas a respeito de erosão, compactação, alargamento de trilhas, aumento de áreas de pouca drenagem. Indicadores sociais, nos espaços como trilhas ou praias, diz respeito a conhecer o perfil dos visitantes e metodologia para avaliar a qualidade da visitação com base na perspectiva do visitante. E, uma vez realizado esses estudos, estabelecer junto ao conselho a matriz de monitoramento e estratégias de manejo. Sobre os resultados esperados, planeja-se discutir cada etapa junto à gestão e conselho, através de reuniões semestrais; Célson começa a traçar uma linha do tempo do uso público nos últimos 5 anos. Concluiu listando questões a serem refletidas sobre os objetivos e equipamentos do uso público a serem monitorados; Célson agradece pelo tempo e atenção de todos e se coloca aberto à dúvidas e contribuições; Dayse agradece e pergunta se os conselheiros e demais participantes têm alguma dúvida, sugestão ou crítica sobre o projeto; Omara parabeniza pela iniciativa do projeto e que veio em bom tempo, abordando diversos aspectos do impacto do uso público; Felipe Rangel também elogia o projeto e comenta sobre a minuta feita a respeito da instrução normativa 014, dos condutores ambientais, onde o Célson teve uma importante participação; Comenta também sobre um trabalho em andamento sobre a interpretação de trilhas no PEI, com a proposta de atualizar o Guia do guia de Itapuã, reunindo especialistas de todas as áreas para atualizar a interpretação das trilhas do PEI, também com uma ideia de padronizar as sinalizações das trilhas nas UCs estaduais; Cláudio Fioreze reforça as parabenizações ao Célson e à equipe e se coloca à disposição para colaborar; Dayse agradece pela participação do Célson, Denise e Luana que elaboraram o projeto em conjunto; Célson pede a palavra para agradecer pelos comentários e compartilha sobre o grupo de extensão GAUPUC (Grupo de Apoio ao Uso Público em Unidades de Conservação) que no ano de 2020 realizou um ciclo de webconferências onde registraram os resultados dos encontros em um livro que será enviado à todas as UCs do estado, já que é um assunto que deve estar em debate para avançar; Dayse propõe um intervalo de 2 minutos e retorno com a pauta da concessão com Luciano Kops. Luciano inicia introduzindo sobre o proposta de concessão do uso público junto do BRDE, do Parque Estadual de Itapuã, Parque Estadual de Itapeva e Parque Estadual Lutzenberger (Guaritas - Torres), associado à concessão de Itapeva; Relata que a UNOPS fez uma proposta ao BRDE de fazer um estudo de viabilidade e elegibilidade dos 3 parques, passando por planos de manejo, planos de uso público, regularização fundiária; Luciano comenta que 3 empresas já entraram em contato demonstrando interesse, mesmo com o edital ainda não publicado; Continua que pelo estudo realizado, o Parque de Itapeva junto do Parque das Guaritas se mostrou com maior elegibilidade que o PEI, o que não descarta a chance do PEI ser escolhido, já que os dados de uso público e visitação já demonstram o potencial do Parque e reforça sua fala em outra reunião sobre o interesse de pequenos investidores ou de consórcios de empresas ou pequenos negócios, fala sobre o cálculo de que a cada 1 real investido na UC, 7 reais entram para a comunidade; Comenta que o BRDE solicitou um orçamento para a modelagem do projeto, e, pela UNOPS ser uma organização internacional, seus cálculos são aplicados para o dólar, o que acaba tornando o projeto inaceitável, o que faz com que o banco aceite o próprio risco, que por sua vez irá focar no investidor; Atualmente, há chances do BRDE, fazer a contratação do consórcio formado para a modelagem da concessão de outras UCs, que ainda não há a empresa que fará a modelagem e que pelo ritmo desse processo, o edital não sairá esse ano. Sobre um item da ata anterior, a respeito da participação do conselho no processo de concessão, Luciano diz que o nível de participação varia de acordo com a elegibilidade do processo, no caso do PEI, que tem um plano de manejo defasado e não tem plano de uso público, a participação do conselho se dá mais presente; Informa que no dia anterior (17/05), foi aprovado na câmara de vereadores de Porto Alegre, um incentivo às hidrovias no Guaíba, acarretando o desenvolvimento de hidrovias nas cidades no entorno; A respeito as concessões, Luciano deixa para que os demais membros questionem e comentem; Omara questiona se os interesses e benefícios dos possíveis concessionários seguem no centro das atenções, Luciano responde que não, que estão seguindo em uma linha de modelagem de abertura de edital, não de manifestação de interesse, o que foi cogitado pelo BRDE no início, quanto aos benefícios, sempre há, buscando um equilíbrio, e concordando com o que Diego falou anteriormente, que há necessidade de melhorias de infraestrutura que não cabe ao concessionário; Foi a posição tomada sobre a pavimentação de 3 lotes de interesse dentro do PEI, se ficaria a cargo do concessionário, e pelo alto orçamento já se percebe que não, que deve ser a cargo do estado; Omara reforça seu questionamento sobre favorecimento de interesses do concessionário, sobre os parâmetros e corpo técnico da empresa que fornece o serviço de modelagem; Luciano reforça a importância do conselho e responde que espera alguma proposta do conselho a respeito do assunto; Estela salienta que como representante do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, que vem olhando com muita apreensão os processos de concessão a nível federal e estadual que vêm acontecendo sem consulta ou participação dos conselhos; Luciano responde que tem a mesma preocupação, que todos os entes envolvidos participem, não quis comentar sobre os processos das unidades federais, comenta sobre o Instituto Semeia ter vencido uma licitação do BNDES como gestor dos processos de concessão; Felipe Viana diz que compartilha da preocupação com a concessão, a exemplo das concessões das rodovias, diz que percebe no cenário atual uma tendência no grupo do conselho, de pensar no comunitário, a exemplo do projeto apresentado a pouco pelo Célson junto do IF, a própria história de Itapuã, com a comunidade local trabalhando em diversas áreas no Parque, e quando se diz que vai haver uma estrutura disponibilizada nunca antes vista para a concessão, por que não se pensa num projeto de economia solidária? Que apesar de ser um conceito às vezes difícil de entender, é o mais compatível com o contexto de Itapuã; que todo o recurso investido em consultoria poderia ser direcionado para as entidades que compõem o conselho e entendem a realidade da região; Luciano diz que quer a colaboração e participação de todos, mas pede maneiras de como isso ser feito, para que possa ser elaborado junto da secretaria; Fioreze reforça a preocupação dos demais, que o desejo do conselho é participar ativamente no processo, mas que não tem um termo de referência ou uma modelagem de um plano por que não são como conselho, instados a isso, mas que estão esperando junto com toda a comunidade de Itapuã, a divulgação de um modelo; Continua dizendo que o que foi dito pelos demais conselheiros, foram princípios que gostariam que fossem contemplados na modelagem, como a economia solidária, a preservação do interesse público, o engajamento da reconexão com a comunidade, já que o processo de concessão é uma grande oportunidade para isso, contemplando o anseio da comunidade pelo desenvolvimento econômico e o Parque criando essa oportunidade; propõe que se faça um seminário ou mais uma ou duas reuniões com o foco em se aprofundar no assunto e desenvolver um modelo; Luciano responde que veio à reunião com o objetivo de atualizar a todos da situação da concessão, para além do PEI, sobre o processo de outras UCs e que compartilha da mesma preocupação, que não quer deixar o cargo com um peso na consciência, que provocou a virem com propostas por confiar no potencial deste conselho em ser ativamente participativo; Sobre a questão da reabertura, reconhece que foi inoportuna ocorrer no período de férias da gestora, mas que é preciso entender que o sistema de bandeiras da pandemia proporciona possibilidade e responsabilidade de reabertura sob decreto do governo e a não abertura significa deixar de receber receita o que pode gerar um problema para a secretaria podendo ser gerado um crime contra o servidor público, mas que tudo deu certo na reabertura com o substituto Felipe Rangel; comenta que diferente do PEI que teve seus 25% da capacidade ao longo do dia na Praia das Pombas, no Parque Estadual do Turvo, essa capacidade de visitação foi diluída em grupos com limite de tempo agendado, entende a preocupação dos demais em relação à reabertura, mas que a direção ficou de mãos amarradas quanto a isso; Outra questão é que estão recebendo procura para projetos de RFO (Reposição Florestal Obrigatória), é oportuno que o PEI prepare projetos de controle de exóticas para que seja apresentado aos empreendedores; Dayse informa que ainda precisavam apresentar a proposta dos condutores e que também há duas representantes da prefeitura de Viamão para tratar sobre o convênio e se o Luciano quer deixar os assuntos para a pauta de uma reunião extraordinária; Luciano diz que irá ficar devendo para um próximo encontro, diz que não está a parte desse convênio assim como sobre a situação do HCI, não sabe dizer quais foram os termos discutidos; Láiz Guithon diz que pode falar sobre reunião da prefeitura com equipe do HCI; Luciano responde que a reunião sobre convênio com a prefeitura seria sobre melhorias na infraestrutura e no acesso ao PEI, em razão da concessão; Dayse informa que há um proposta de encaminhamento por parte da Luísa Lokschin, de agendar um Reunião Extraordinária ou um GT específico para elaborar um documento com as diretrizes pontuadas pelo conselho e apresentar à SEMA; Fioreze diz que é necessário saber da disponibilidade de cada um e estabelecer um prazo, ainda pergunta se é possível inserir os recursos do RFO no projeto comunitário de PPP; Omara complementa que o conselho se posicionou em várias questões sobre reabertura no período de pandemia, onde todos os membros discutiram e se posicionaram com profissionalismo, seja na área ambiental, de segurança, saúde, foram trazidos muitos elementos que justificaram a posição contrária a abertura do PEI durante a bandeira preta, mas que não foram levados em conta, então novamente estão sendo chamados para elaborar um documento como profissionais e representantes do conselho, e fica o questionamento se será levado em conta neste processo de concessão, que todos têm muito a contribuir, que gostaria de ter certeza que todo o esforço não será em vão, que está à disposição mas que o trabalho do conselho seja levado a sério; Omara sugere marcar uma nova reunião e seguir com uma periodicidade para não acumular pautas e sobrecargas; Dayse compartilha da mesma preocupação, que lamenta que não foi levado em consideração o documento gerado por 7 membros do conselho. Fica acordado entre os conselheiros uma nova reunião, dessa vez Extraordinária para tratar sobre o processo de concessão do PEI. A reunião se encerra às dezoito horas. Nada mais havendo a tratar. Eu, Tainara Freitas Macedo Alves, Estagiária do PEI e Uriel Silva Freitas, Estagiário do PEI lavramos a presente Ata, que ao ser aprovada, será assinado por nós juntamente com a Presidente do Conselho Consultivo.

**Uriel Silva Freitas Tainara Freitas Macedo Alves**

Estagiário SEMA Estagiária SEMA

**Parque Estadual de Itapuã Parque Estadual de Itapuã**

**Dayse Aparecida dos Santos Rocha**

Presidente do Conselho Consultivo

**Parque Estadual de Itapuã**